

A questão indígena e a inteligibilidade jornalística: permanências e mudanças na cobertura da Edição Folha de S. Paulo no período do Acampamento Terra Livre 2021-2022

Elton Antunes

Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Belo Horizonte, MG, Brasil

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-5265-6584>

Yasmin Gatto

Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Belo Horizonte, MG, Brasil

ORCID <https://orcid.org/0000-0003-3706-756X>

Resumo

Nos últimos anos, houve um aumento na atenção dada à questão indígena no jornalismo brasileiro. Examinamos neste artigo a maneira pela qual o jornalismo tem incorporado essa pauta recentemente, ajustando suas formas de representação pública dos povos originários. Nossa pesquisa busca contribuir para a compreensão dessas representações jornalísticas dos povos indígenas, investigando especificamente as mudanças e continuidades nessa abordagem, seminal para a percepção de eventos relacionados a uma história do tempo presente. Para isso, escolhemos analisar como o jornal Folha de S. Paulo noticiou a questão indígena durante a realização do Acampamento Terra Livre nos anos de 2021 e 2022, uma das maiores manifestações indígenas do país. O jornal foi selecionado por ser um dos principais veículos de comunicação do Brasil em termos de circulação nacional e por ter sido uma fonte importante de notícias em momentos políticos relevantes da história recente do país. Argumentamos que a cobertura jornalística das questões indígenas frequentemente está associada a preocupações ambientais, desmatamento e territórios indígenas. Por meio de um estudo de caso durante o Acampamento Terra Livre, analisamos como as notícias são moldadas através de linguagem, seleção de fontes e contexto, evidenciando uma cobertura

problemática que estereotipa os povos indígenas e ignora certas questões importantes.

Palavras-chave

jornalismo; indígenas; Acampamento Terra Livre; narrativa jornalística; análise de enquadramento

1 Introdução

A questão indígena ganhou, nos últimos anos, novo relevo em segmentos do jornalismo brasileiro. A cobertura da chamada mídia corporativa se apropriou desta temática de maneira não trivial, mudando inclusive a forma de usualmente nomear aqueles a quem chamava de “índios”, caracterizando-os eventualmente como “povos originários”, “povos tradicionais”, “povos indígenas” ou “indígenas”. Não se pode deixar de levar em consideração que tal cobertura ganhou mais evidência no contexto de um governo autoritário e conservador que alcançou o poder central a partir de 2019 até final de 2022. A abordagem desse tema inevitavelmente requer também a consideração de sua inscrição em um panorama caracterizado por crises políticas, socioambientais e de saúde, destacadas no contexto da pandemia de covid-19. A inserção semiperiférica do Brasil no cenário capitalista neoliberal e globalizado, atuando fortemente como exportador de *commodities* produzidas pelos setores estratégicos do neoextrativismo (mineração e agronegócio), tem resultado em um modelo de desenvolvimento que beneficia principalmente grupos transnacionais e elites nacionais, especialmente do setor financeiro. Para sua manutenção, muitos desses negócios se articulam a atividades ilegais que intensificam a degradação ambiental e impõem aos povos indígenas perda de direitos territoriais e situações de violência (Porto; Rocha, 2022). Investigar como tais aspectos apareceram na mídia jornalística corporativa tradicional – como apresentaram os indígenas e as questões que os mobilizaram – permite entender de que maneira o jornalismo, seus produtos e processos, vem incorporando essa pauta, eventualmente ajustando formas de representação pública acerca desses povos ao longo dos anos. Tal processo de incorporação pode ser referido a uma abordagem relacionada à história do tempo presente e aos chamados “passados que não passam” (Delacroix, 2018). Tal abordagem articula eventos difíceis não apenas de serem assumidos pela sociedade brasileira, mas que estabelecem clivagens de diferentes ordens acerca de quais são os grupos que compõem as comunidades nacionais e que pressionam pela necessidade de reconhecimento e verdade histórica.

A chamada “questão indígena” é assim vista pelas lentes do jornalismo pontuada por eventos traumáticos que continuam a ser vividos e sentidos no presente, tornando-se parte da contemporaneidade da sociedade brasileira. Na abordagem propugnada pela história do tempo presente, podemos tomar os discursos jornalísticos acerca dos acontecimentos como fonte e objeto a serem examinados. O uso de tais fontes é uma tarefa metodologicamente desafiadora, uma vez que permite articular, dentre outros elementos, materiais originados em entrevistas com testemunhas de eventos, registros diversos oriundos de diferentes experiências pessoais e a retórica da própria mídia jornalística, voltada para fornecer informações sobre eventos históricos recentes. Trata-se de lidar com aquilo que Barbosa (2021) chama “duplo presente”: “o presente das narrativas que sedimentaram impressões, testemunhos, sentidos de uma época, por olhares interpretativos; e o olhar testemunhal do narrador do presente, que viveu aqueles mesmos processos como presença e agora precisa narrá-los como ausência” (Barbosa, 2021, p. 105). Como meio de comunicação ancorados na vida social, os jornais refletem e configuram opiniões e atitudes de diferentes segmentos da sociedade em que são produzidos e oferecem *insights* valiosos sobre a maneira como os eventos e questões contemporâneas são percebidos e interpretados no ambiente jornalístico pelo público em geral.

No escopo específico da reflexão proposta neste artigo, debruçamo-nos então sobre as maneiras como se estruturam os relatos jornalísticos que sistematizam modos de compreensão de eventos relacionados às questões afeitas aos povos indígenas. Trata-se de examinar um aspecto daquilo que, na operação midiográfica, Sônia Meneses chamou de análise da “escritura de eventos na cena pública” (Meneses, 2014, p. 232). O relato jornalístico faz circular versões de acontecimentos que atuam no agenciamento da produção de uma memória pública. Mobilizamos aqui a noção conceitual de “operação midiográfica” para nos referirmos às estratégias discursivas utilizadas pelo relato jornalístico para construir e disseminar narrativas e representações sobre eventos, pessoas, grupos sociais e diferentes questões. Por meio de uma série de técnicas e estratégias, tais como a seleção de fontes, a escolha de palavras e imagens, a construção de estereótipos, a ênfase em determinados aspectos e a minimização de outros, produz-se uma “versão dos fatos” que concorre para a construção de uma percepção pública das questões em jogo (Meneses, 2014). Tentaremos apontar para uma cobertura jornalística problemática, que tende a fazer uma representação fortemente estereotipada dos povos originários, sobretudo quando o assunto é abordado a partir dos temas da mineração e avanço do agronegócio. Mas, principalmente,

queremos indicar como essa cobertura produz, segundo tais estudos, um apagamento de certas questões indígenas, que não são problematizadas e nem sequer levadas em consideração.

Nossa perspectiva com o trabalho proposto é contribuir com as reflexões neste campo específico de estudos do jornalismo, investigando particularmente alterações e permanências em aspectos da representação jornalística dos povos indígenas. Nesse sentido, escolheu-se examinar como o jornal Folha de S. Paulo noticiou aspectos relacionados a uma das maiores manifestações indígenas do país contemporaneamente, o Acampamento Terra Livre (ATL) nos anos de 2021 e 2022. Tal evento articulou um período de intensa luta dos povos originários, principalmente pelos ataques que sofreram desde 2019 e pela quantidade de vidas perdidas durante a pandemia de covid-19. Optamos pelo jornal Folha de S. Paulo, em primeiro lugar, por se tratar de um dos principais jornais brasileiros da chamada grande mídia corporativa em termos de circulação nacional. Segundo dados do Instituto Verificador de Comunicação em junho/2020 o periódico somava 296.546 assinaturas on-line pagas e 65.400 exemplares de tiragem média diária, ocupando a primeira colocação no país. Além disso, o jornal também desperta especial interesse dos pesquisadores por ter sido fonte fundamental de notícias em períodos da história política recente do Brasil e por se apresentar como interlocutor privilegiado de elites políticas e econômicas (Barbosa, 2021).

Realizamos uma análise de enquadramento da cobertura feita pelo Jornal Folha de S. Paulo no período, com o objetivo de identificar aspectos da inteligibilidade jornalística sobre a questão, tentando verificar a existência de alterações na forma de apresentação dos temas e observar se existem e quais são as variantes ou deslocamentos acerca do entendimento da problemática que envolve os povos indígenas.

2 Passados no presente indígena

Durante a pandemia de covid-19, segundo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), até agosto de 2022, estima-se que ao menos 74.286 casos de covid foram confirmados, 1.306 indígenas morreram e 162 povos foram afetados. No período de governo do ex-presidente Bolsonaro (2019-2022) as políticas de proteção aos povos originários foram quase inexistentes, os órgãos públicos responsáveis ficaram mais negligenciados e os recursos para garantir a permanência nas reservas ficaram escassos, deixando os indígenas ainda mais vulneráveis (Rapoza, 2021). Segundo levantamento feito pelo Conselho Indigenista Missionário, nesse período nenhuma terra indígena foi demarcada pelo governo

federal e ocorreram 407 casos de ataques e disputas sobre esses territórios. Em relação aos crimes contra a pessoa, 795 indígenas foram assassinados (CIMI, 2022).

Mas a problemática dos povos indígenas no Brasil não é recente, ela sempre foi alvo de incongruências que ficaram ainda mais evidentes num governo que se posicionou por ignorar todas essas questões. No âmbito fundiário, por exemplo, ao mesmo tempo em que se discute a atuação dos órgãos federais responsáveis pela regulamentação das terras indígenas, em torno da atuação do Estado articulam-se poderosos interesses econômicos nas terras onde esses povos habitam. A disputa por terras no Brasil é uma das principais causas de morte violenta intencional e as populações indígenas são das mais atingidas, perdem não só a vida, mas o direito às terras asseguradas na Constituição de 1988 (Rapozo, 2021). Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2023) indicam que foram cometidos, em 2022, 47 assassinatos por conflitos no campo, crescimento de 30,55% se compararmos com 2021 (36 assassinatos) e de 123% em comparação com os dados de 2020 (21 assassinatos). Os indígenas foram os alvos mais frequentes, com 38% das pessoas assassinadas em 2022. Políticos, empresários do agronegócio, da mineração e de diferentes atividades industriais têm expressado publicamente o entendimento de que as terras indígenas não podem ficar “intocáveis”, ideia fortemente encampada pelo presidente da república no período 2019-2022. Segundo tal perspectiva, que encontra ressonância em certo imaginário social sobre a vida dos povos indígenas, tais terras precisam gerar algum tipo de lucro para o país.

A questão indígena conforma, portanto, um campo problemático marcado por aspectos agudos e crônicos, e que vem cada vez mais sofrendo ataques no contexto político marcado pelo crescimento de posições de caráter conservador, patriarcal, rural e escravista (Manso, 2020). Quando se pensa nos povos indígenas, detentores dessas terras “improdutivas”, esses ataques se expressam não apenas na violência física cotidiana, mas adquirem muitas vezes legitimidade simbólica na maneira como os relatos jornalísticos reportam e dão inteligibilidade a essa realidade. Nesse sentido, esse artigo vem se somar às pesquisas que pretendem contribuir na discussão crítica do modo como os povos originários são representados nas mídias noticiosas.

3 Mitos em torno da questão indígena e o enquadramento noticioso

Até 2010 o Brasil possuía 305 etnias reconhecidas e 274 línguas, segundo o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Os grupos étnicos estão divididos nas cinco regiões brasileiras, em sua maioria na região Norte do país. Segundo

Cunha (2012), a história dos indígenas no país foi sendo construída pelos brancos a partir do “descobrimento” do território, o que foi decisivo no modo de representação desses povos. Ainda no século XVI a imagem que se vulgariza sobre os indígenas é de canibais, cães, antropófagos, selvagens, luxuriosos, sodomitas. Um dos atributos que é repartido entre tais representações é sintomático da colonização: as nações são leais ou traiçoeiras (Cunha, 2012, p. 48). A autora destaca que essas são oposições clássicas que foram criadas no século XVI, entre uma antropofagia nobre, de vingança, ou uma desumana, bestial e até mesmo do demônio.

Ao longo dos séculos, as imagens construídas sobre os povos indígenas foram se modificando, mas isso não significa que elas abandonaram perspectivas relacionadas ao “mundo dos selvagens” ou de “civilizações primitivas”. Segundo Gonzaga (2021), vários mitos foram sendo criados e disseminados: a nomeação dos povos como índios; a ideia genérica do uso do arco e flecha; a caracterização de que indígenas não gostam de trabalhar e são preguiçosos, canibais, violentos e matam crianças; a ideia de que indígenas possuem muitas terras; a informação reiterada de que indígenas estão desaparecendo do Brasil. Trata-se de um conjunto de convicções arraigadas no senso comum. Criados e repetidos de forma incessante, dão origem a estereótipos culturais que, “[...] visibilizados nos processos socializantes, numerosas vezes resultam em preconceitos, mesmo que sejam rechaçados pelas convicções pessoais” (Gonzaga, 2021, p. 25). Tais estereótipos vão dizer o que é normal ou anormal, excluindo tudo aquilo que é diferente e criando barreiras do que é aceitável de acordo com valores e costumes ocidentais/europeus/capitalistas tomados como naturais e essenciais. Esses estereótipos encontram-se disseminados em todas as parcelas da sociedade, sendo frequentes no discurso da imprensa brasileira. Acosta e Cruz (2019), examinando o discurso visual dos veículos de comunicação, demonstraram que a apresentação do indígena está sempre muito ligada a figuras exóticas: “[...] a construção da identidade dos povos indígenas por parte da mídia está diretamente relacionada a uma incessante repetição de enunciados que estereotipam o movimento indígena em si” (Acosta; Cruz, 2019, p. 6). Já Melo (2012) confirmou que tais povos só entram em pauta da imprensa em questões muito específicas, quando por exemplo se trata de autor ou vítima de algum episódio de violência ou quando se está representando algo inusitado e exótico. Estudo realizado por Otre (2007), voltado para a análise de como os indígenas são retratados pelos jornais, concluiu que essa representação midiática afeta negativamente a percepção pública da relação entre indígenas e não-indígenas. Para Neves, Correia e Tocantins (2013) a invenção do indígena de acordo

com esse vasto conjunto de estereótipos é agenciada por diferentes práticas discursivas que constituem e habitam o imaginário da sociedade brasileira desde a colonização.

Se os estudos indicados sobre a representação dos povos indígenas na mídia tradicional apontam para uma cobertura jornalística fortemente estereotipada de tais populações, essas pesquisas discutem pouco a existência de eventuais “fraturas” e adaptações que o conjunto desses relatos sofre em virtude das lutas capitaneadas pelos próprios indígenas. Isso se dá, sobretudo, quando o assunto aparece associado a questões como a mineração e o avanço do agronegócio. Será que a cobertura que produz um apagamento e silenciamento de certas questões indígenas, que não são problematizadas e nem sequer levadas em consideração, permite indiciar também a emergência de outras perspectivas de abordagem na luta desses povos por outras formas de representação? Vamos examinar se tais abordagens incorporam perspectivas não estereotipadas em questões tais como: a relação intrínseca entre território e modos de vida; as diferentes cosmologias dos povos indígenas; o protagonismo das mulheres indígenas nas lutas de seus povos; os modos de relacionamento com a natureza; a singularidade das múltiplas etnias e suas formas de existência; a diversidade cultural.

4 Discurso jornalístico e a inteligibilidade da questão indígena

Ao estudar a cobertura jornalística da chamada questão indígena buscamos a compreensão sobre modos de tratamento que em geral reiteram formas recorrentes de oferecer inteligibilidade para o assunto. A possibilidade de práticas e discursos que lidem de maneira alternativa com as temáticas que acionam o universo dos povos originários demandam a compreensão e crítica de processos jornalísticos, que se apresentam como lugar privilegiado de fazer ver socialmente as diferentes problemáticas que constituem a vida social. O espaço da experiência jornalística se articula como um regime de visibilização, isto é, um conjunto de condições materiais e imateriais para poder fazer crer que o que lemos, vemos e sentimos é a realidade (Góes, 2022). A análise da cobertura oferece elementos para caracterizar que cultura e que imaginários sociais são recorrentemente acionados pelo jornalismo para apresentar possibilidades interpretativas para a questão indígena.

A experiência jornalística indicada pelos relatos é uma forma de dar a ver como certa interpretação pública tomada como típica se articula por meio de relatos recorrentes, muitas vezes moldados pelo acionamento rápido de uma verdadeira rede de significados disponíveis e que se tornam “paradigmáticos” na cobertura do tema. Assim, questionamos: os relatos

jornalísticos que, de alguma maneira, interceptam episódios que podem ser relacionados à questão indígena são tão somente marcados pela repetição de enquadramentos que reiteram mitos e estereótipos em torno dos povos originários? Dada a visibilidade jornalística e a repercussão pública alcançadas pelo cenário de violência e destruição vivido pelos povos indígenas, há uma reconfiguração dos entendimentos que o jornalismo chamado corporativo tem conseguido dar sobre esse assunto? O jornalismo, ao construir suas narrativas, opera gestos de querer saber sobre os eventos em tela e indica os modos de inteligibilidade a partir dos quais os compreende. A narrativa noticiosa e o fazer jornalístico direcionam perguntas ao mundo de referência, oferecendo pistas acerca das lentes a partir das quais conferem visibilidade à questão indígena.

Tomamos, aqui, as narrativas jornalísticas como compostas por “textos diversos que, em si mesmos, são pequenas materializações das falas sociais” (LeaL, 2006, p. 24). O sistema informativo midiático toma parte dos processos de definição dos acontecimentos públicos, não apenas permitindo que os indivíduos venham a saber de episódios com os quais não têm contato diretamente, mas também os relatos jornalísticos são uma maneira de reagir a e perceber juízos e interpretações disseminados socialmente. Trata-se assim de assinalar como o gesto jornalístico implica um querer saber configurador dessas narrativas, observando desse modo que os relatos jornalísticos organizam determinadas possibilidades de experiências no mundo. Percorremos de certa forma o caminho inverso da construção da notícia, refletindo sobre o modo como o jornalismo busca produzir referência estabelecendo uma origem factual. Com isso é possível caracterizar o jogo de hierarquizações de mostrar e esconder presente em toda e qualquer narrativa, delineando quais informações foram eleitas como de maior destaque entre o novelo de elementos que circundam e atravessam o acontecimento e como o jornalismo as articula. Admitimos, então, a narrativa como composta por fragmentos, obrigatoriamente lacunar, tecida por elementos diversos presentes no gesto jornalístico. Perceber, assim, quais perguntas podem ser extraídas de determinadas narrativas é acessar, mesmo que de maneira fragmentária e sob a forma de rastros, às expectativas que deram origem àquele construto, ou seja, direcionamentos por vezes mascarados quando os fios que dão origem à narrativa já aparecem costurados como uma malha. O quadro geral da cobertura jornalística acerca das questões que envolvem os povos originários, dessa forma, pode indiciar também a existência de iniciativas para rever tais práticas no âmbito do chamado jornalismo *mainstream*.

Assim, a noção de inteligibilidade se refere aqui a uma compreensão do jornalismo como uma modalidade produtora de conhecimento público verificável. A inteligibilidade jornalística busca entender como o jornalismo que lida com as questões indígenas, por meio dos seus textos, encontra maneiras específicas de perceber e falar sobre tais eventos. Dito de outra maneira, discutimos como o jornalismo “sabe o que sabe” acerca da realidade que reporta e de que modo tais afirmações de conhecimento são articuladas e justificadas. Obviamente, a caracterização dessa inteligibilidade jornalística, ainda que escolhido um “ponto de observação” em um meio ou conjunto particular de textos de uma publicação específica, não pode ignorar que se trata de tomar o jornalismo também como parte de um “ecossistema”, uma prática social que envolve uma diversidade de entidades concorrentes e colaboradoras envolvidas na produção, circulação e usos dos conteúdos noticiosos e os discursos que se desenvolvem em torno deles.

5 Procedimentos e análise de dados

Neste artigo apresentamos um estudo de caso baseado na análise de reportagens publicadas pela Edição Folha de S. Paulo no período de realização do Acampamento Terra Livre nas edições de 2021 (realizada de forma online, no contexto de isolamento imposto pela pandemia do coronavírus) e de 2022. Focamos nos materiais publicados nesse período por entender que eles funcionam, devido à realização dos “acampamentos” e à importância que eles adquirem na cena pública em termos de conflito e debate propostos pelos povos originários, como “momentos de crise” ou “pontos críticos”, no sentido atribuído por Fairclough (2001). Como assinala o autor, “mudanças sociais não envolvem apenas a linguagem, mas são constituídas de modo significativo por mudanças nas práticas de linguagem” (Fairclough, 2001, p. 25). Tais pontos críticos indicam processos de mudança significativa ou tensão dentro de um discurso ou prática social e podem revelar as estruturas de poder subjacentes e as ideologias em jogo, proporcionando a possibilidade de investigar o mundo social por meio, no caso dessa reflexão, dos relatos jornalísticos.

O Acampamento Terra Livre é um fórum de mobilização política e convergência entre distintas etnias indígenas, onde se deliberam estratégias de resistência e fortificação das comunidades. Ademais, desempenha a função de consolidar as redes de solidariedade entre os povos indígenas e outras entidades da sociedade civil. Trata-se de um encontro privilegiado em que se problematizam práticas discursivas que tratam da condição dos povos indígenas no Brasil. Os dias de produção jornalística durante a realização dos ATL se dão em

momentos de tensionamento e contestação político-social produtivos para examinarmos eventuais elementos de desarticulação e rearticulação das práticas discursivas do jornalismo. A cobertura noticiosa, orientada pelo evento discursivo mais amplo de realização dos acampamentos, permite verificar a emergência ou não de novos significados na representação jornalística da questão indígena, se ocorre alguma mudança nos mecanismos da inteligibilidade jornalística e como ela se dá. Para tanto, tratamos de dois aspectos relacionados a partir do modo como Fairclough aborda a questão das mudanças discursivas. Por um lado, observamos a maneira como o relato jornalístico incorpora falas de agentes que se identificam com as causas indígenas - a chamada intertextualidade manifesta. Além disso, examinamos se e como os textos jornalísticos selecionados produzem a representação dos discursos indígenas - a interdiscursividade (Fairclough, 2001).

Assim, procedemos à investigação de posicionamentos discursivos jornalísticos que emergiram no período da realização dos ATL de 2021 e 2022, valendo-nos inicialmente de uma aproximação ao material por meio de uma análise de conteúdo, na acepção utilizada por Leal, Antunes e Vaz (2012) e desdobrada e desenvolvida por Góes (2022). Para identificação dos textos jornalísticos, utilizamos o evento “Acampamento Terra Livre” como um dos “indexadores” para mapear o “conteúdo”. Buscamos também a ocorrência dos termos “indígena”, “índio”, “povos originários”, “acampamento”.

Realizamos a coleta de dados por meio da extração manual de todos os artigos publicados na Edição Folha de S. Paulo de forma online entre os dias três de abril e 1º de maio de 2021 (o ATL de 2021 foi realizado entre cinco e 30 de abril) e entre os dias 27 de março e 1º de maio de 2022 (o ATL 2022 foi realizado durante os dias quatro a 14 de abril). As datas de início e término da coleta, para além dos marcos das duas edições do ATL, visaram dar conta das edições de domingo do jornal antes e depois dos eventos, dias em geral dedicados a uma cobertura jornalística mais apurada de fatos ocorridos ou a ocorrer no período. No que se refere ao período do ATL 2021 coletamos 52 unidades textuais e em relação ao período de 2022 foram 43 relatos jornalísticos, assim distribuídos segundo as editorias identificadas pela publicação:

Tabela 1 - Distribuição de textos da Edição Folha de S. Paulo com referência a questão indígena

Nome editoria	2021	2022
Ambiente	10%	19%
Ciência	2%	0%
Cotidiano	4%	23%
Economia	2%	5%
Ilustrada	6%	5%
Ilustríssima	2%	0%
Mercado	4%	0%
Mundo	40%	0%
Opinião	10%	12%
Painel	4%	0%
Poder	15%	5%
Saúde	2%	0%
Colunas e Blogs	0%	28%
Editorial	0%	2%
F5	0%	2%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ainda que passando por mudanças significativas nas últimas décadas, o cenário jornalístico brasileiro permanece com o jornal Folha de S. Paulo assumindo certo protagonismo na chamada mídia *mainstream* e corporativa. Observar as operações jornalísticas do periódico, para nós, diz menos da realização de um estudo específico acerca desse meio e mais sobre aspectos relevantes que são postos em circulação no ambiente informativo midiático e que irão de algum modo repercutir no ecossistema jornalístico. A Folha é agente de referência nesse quadro e aquilo que publica irá de algum modo reverberar no cenário das opiniões partilhadas em diferentes ambientes de discussão e plataformas de circulação de informações.

Realizado esse primeiro mapeamento do material coletado, procedemos a uma análise de enquadramento, a partir de abordagem conceitual que postula a ideia da existência de correlações entre a forma como as notícias são construídas e o modo como elas serão interpretadas. A principal contribuição deste tipo de estudo é perceber, a partir dos textos publicados, como a mídia informativa tem (ou não) alterado seu comportamento em relação a certas coberturas, identificar onde ela mantém determinadas representações e tentar inferir a partir desse material publicado motivações para tais procedimentos. Segundo Soares (2009), o enquadramento consegue pôr em evidência alguns vieses que estão implícitos na produção jornalística, especialmente nas operações de seleção, ênfase e exclusão. Assim, podemos relacionar o enquadramento no jornalismo não apenas a padrões de cobertura que estruturam e organizam o significado dos noticiários. Sua caracterização se dá por indícios

manifestos nos conteúdos dos relatos e por uma condição meta-comunicativa da interlocução jornalística, expressa pela articulação e interdependência entre estruturas cognitivas, modelos culturais e esquemas discursivos (Antunes, 2009). O *frame* agencia formas de composição do relato de maneira a instituir um processo de referencialização da realidade e construir formas sociais para sua inteligibilidade. Pensados no âmbito das processualidades jornalísticas, os enquadramentos são construídos relacionalmente no modo como o jornalismo se inscreve na vida social. Diz respeito tanto a um “esquema” mobilizado por jornalistas para entender, interpretar e, finalmente, expressar os fatos em certos textos (visuais, verbais, sonoros etc.), mas também, de forma relacional, se refere aos quadros de sentido mobilizados pela audiência que é interpelada por tais mensagens: “[...] um frame revela uma estrutura interpretativa que atravessa todo o processo comunicativo, orientando a produção de formas simbólicas e sua leitura” (Mendonça; Simões, 2012).

Destaca-se que os enquadramentos não são estáticos, são dinâmicos e se desenvolvem ao longo dos anos, de acordo com a mudança das estruturas políticas, nas alterações do entendimento dos jornalistas e agentes que atuam na processualidade da produção informativa, nas reconfigurações das instituições jornalísticas e de acordo com a redefinição das estruturas das elites, podendo por vezes absorver e/ou mudar o discurso (Soares, 2009). Para a análise do enquadramento buscamos perceber como a questão indígena é representada nas matérias publicadas. Para tanto observamos de que maneira os itens propostos pelos povos originários e que organizam os acampamentos aparecem representados no noticiário do periódico no período indicado; quais as circunstâncias ou temáticas estão associados à representação da problemática indígena; o que é deixado à parte ou silenciado nessa representação; quais os agentes jornalísticos acionados (pessoas e/ou instituições participantes/integrantes dos relatos) e o contexto fornecidos nas notícias como úteis para interceptar as questões indígenas.

6 Acampamento Terra Livre 2021

O acampamento acontece desde 2004 e de acordo com a APIB, é a maior assembleia dos povos e organizações indígenas do Brasil, e geralmente acontece todo mês de abril. Os acampamentos de 2021/2022 ocorreram após a eclosão da pandemia, ocasião na qual muitos indígenas perderam a vida, os conflitos em torno de terras aumentaram e o avanço da mineração em terras indígenas alcançou níveis incontroláveis com o aval do então executivo federal, cuja ação pode ser sintetizada na proposição do Projeto de Lei 191/2020 (Brasil,

2023) a favor da mineração em terras indígenas. Como já mencionado, nenhuma terra foi demarcada desde a posse do ex-presidente Jair Bolsonaro em 2019 e o avanço da violência contra os povos tradicionais ganhou ainda mais impulso.

Diante deste cenário, os ATL do ano de 2021 e de 2022 foram momentos de grande manifestação dos povos indígenas. No ano de 2021, o “acampamento virtual”, como os originários intitularam, alcançou 5.714.243 pessoas nas redes sociais da APIB sendo considerado a maior mobilização virtual dos povos indígenas do Brasil. Já no ano de 2022, no retorno do formato presencial do acampamento, várias delegações indígenas de todas as partes do país saíram em caravana para Brasília onde permaneceram acampados por um mínimo de cinco dias, reunindo mais de cinco mil participantes. Várias *lives* foram realizadas, panfletos divulgados, programações extensas cumpridas, as páginas nas redes sociais sofreram intensa divulgação da programação do acampamento e dos motivos da sua realização.

Se não restam dúvidas da dimensão do ATL na luta por uma “aparição pública” da questão indígena em ações entabuladas pelos povos originários, não se pode dizer o mesmo do seu significado para o material noticioso oriundo do jornalismo *mainstream*. Não encontramos nenhum texto que tratasse especificamente do ATL de 2021, nos 52 materiais jornalísticos que identificamos. Os relatos que referenciam os povos indígenas aparecem divididos no período nos mais diversos cadernos concentrados nas editorias “Poder” (que trata dos acontecimentos relacionados majoritariamente à política institucional), “Ambiente” (que tem como vetor as questões relacionadas ao meio-ambiente), “Mundo” (que reúne fatos variados com a marcação da localização geográfica fora do país) e “Opinião” (artigos de base argumentativa em que um autor defende um ponto de vista sobre determinado tema).

Se o ATL não aparece mencionado, ao fazer uma análise geral do material publicado identificamos alguns pontos que nos auxiliam na compreensão da maneira como esse material jornalístico encena a luta dos originários e como eles são representados. Na maioria das vezes em que os povos indígenas aparecem no jornal, eles são citados por meio de “outro acontecimento” jornalístico, de outra fonte, de outra perspectiva e, na maioria das vezes, considerando um nomeado “interesse internacional”. Por exemplo, no dia 19 de abril de 2021, na editoria Mundo, a matéria intitulada “EUA esperam que Bolsonaro diga que não vai mais tolerar desmatamento ilegal” (Dias; Coletta, 2021) informa que os Estados Unidos esperam que o então presidente do Brasil entre em acordo com as populações originárias e diminua o desmatamento ilegal. Tal fato é reportado como o evento fundamental para que se

firme um acordo entre o governo Biden e o governo Bolsonaro. Na reportagem “Brasil não tem que ser mendigo, diz Mourão sobre pedido de apoio a Biden” (Carvalho, 2021), o jornal cita ao longo do texto essa tensão entre Bolsonaro e os povos indígenas, fala do desmatamento, das queimadas, mas em nenhum momento evidencia como esses fenômenos atingem diretamente os povos indígenas.

Dos 52 materiais analisados, 23 deles (40%) tratam do debate internacional da questão ambiental, ora enfatizando informações sobre os recursos que o governo norte-americano do presidente Joe Biden deixou de dar ao Brasil, ora tratando sobre a quantia que o ex-presidente Bolsonaro queria receber para preservar a Amazônia.

Ao longo de todo o mês de abril, quando ocorreu o ATL e que também é celebrado o “dia dos povos indígenas”, a maioria das matérias não trouxe representantes dos povos originários como fonte de informação. Chamamos a atenção para um texto específico, intitulado “Cacique Raoni manda recado a Joe Biden e pede que ignore Bolsonaro, presidente ruim” (Zanini, 2021). Este é um dos poucos relatos no qual um indígena aparece com protagonismo, com vários trechos da fala da referida liderança colocados ao longo da notícia e que tem ao final, na versão digital do jornal, o vídeo que o indígena enviou ao presidente norte-americano. Raoni, uma das lideranças indígenas mais importantes do país, merece destaque no jornal porque enviou um recado ao presidente norte-americano.

Em pouco mais de um mês, a Edição Folha de S. Paulo publicou 52 materiais jornalísticos que se referiram à questão do desmatamento ilegal, das queimadas, da mineração em terras indígenas, e da cobrança pela comunidade internacional do cumprimento de metas de proteção de florestas. Tais assuntos interceptaram a questão indígena, mas nenhum deles teve como núcleo estruturante o impacto que todos esses eventos, que ocorrem em áreas de reservas, causam à população indígena. E esses povos não foram sequer solicitados a se manifestar sobre qualquer impacto.

O texto “A partir da Amazônia, Biden definirá se Brasil ainda tem lugar no mundo” (Amaral, 2021) sinaliza o enquadramento básico da cobertura do jornal: a disputa Biden x Bolsonaro sobre o corte de recursos e as verbas para proteção da Amazônia que o governo brasileiro deixou de receber desde o início da gestão do então presidente. A principal pauta do jornal ao longo do mês de abril de 2021 foi a posição de rebaixamento em que o Brasil é colocado em relação aos Estados Unidos. O jornal dirigiu seu olhar para um contexto internacional de debate, e com isso noticiou alguns acontecimentos que afetam diretamente a vida dos povos originários.

É importante mencionar que o tema do ATL de abril de 2021 foi “Nossa luta ainda é pela vida. Não é apenas um vírus!” (APIB, 2021). No site da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, ao se noticiar sobre o início do Abril Indígena, é enfatizado que mil indígenas perderam a vida em virtude da pandemia da covid-19. Mesmo em luto pelas vidas perdidas, eles estavam fazendo sua manifestação online porque precisavam reivindicar os direitos garantidos pela Constituição. Porém, mais de um ano depois da eclosão da pandemia, já com o reconhecimento público da responsabilidade do governo federal pela escalada de mortes no país, não existe qualquer menção do jornal sobre tal fato.

Assim, a questão ambiental aparece como uma chave interpretativa central para referenciar os povos indígenas. Alguns relatos chegam a mencionar uma suposta vontade que o presidente norte-americano Joe Biden tem em fazer com que os originários sejam ouvidos, mas nenhum texto publicado vai além dessa breve menção aos indígenas. Para o jornalismo da Folha de S. Paulo, quando se fala em queimadas, desmatamento ilegal, mineração, dentre outras ações de impacto para o meio ambiente, os originários aparecem mencionados por outros agentes na cena jornalística que alertam que “precisamos falar com os indígenas e ver o que eles acham”. Mas, de fato, ninguém fala com eles.

Em 2021, a narrativa jornalística reitera um discurso hegemônico em que as questões relativas aos indígenas, quando noticiadas, são acionadas por outros agentes, especialmente do campo político institucional e econômico. Há pequena incorporação de falas de representantes dos povos originários. Ao mesmo tempo em que são referidos, a menção aos indígenas é para constatar o seu desaparecimento do relato jornalístico. A narrativa do tempo presente em que os indígenas são peças-chaves é, assim, a de reiteração de um processo de apagamento, um passado que insiste em não passar.

7 Acampamento Terra Livre 2022

Em 2022, no período de realização do ATL, o jornal é mais incisivo ao noticiar algo sobre as questões relativas aos povos originários. O uso de expressões como genocídio, vulnerabilidade, direitos de povos isolados, terra, território e retrocessos de direitos humanos tornam-se a tônica dos textos analisados. A Folha permanece, como no ano anterior, criticando as ações do governo Bolsonaro também a partir do olhar internacional e evidenciando como a política do então mandatário (até o final de 2022) ampliava a visão negativa que os países tinham do Brasil em relação à questão ambiental. Os relatos feitos pelo

jornal em vários momentos destacam o que agentes políticos chamam de irresponsabilidade do então presidente em buscar “legalizar” a mineração realizada em terras indígenas e do quanto tal iniciativa era pauta central das ações do seu governo. Destacou-se nesse caso como tais ações refletiram em processos de assédio e retaliação de servidores de órgãos de proteção aos indígenas e ao meio ambiente.

As terras indígenas também são apontadas como chave para o cumprimento das metas climáticas no Brasil, Colômbia, México e Peru, segundo um relatório divulgado pelo Instituto de Recursos Mundiais (WRI) e repercutido pelo jornal. O instituto é um *think tank* que atua como organização não governamental ambientalista fundada e sediada nos Estados Unidos. Outro tópico que orbitou a pauta jornalística do período foi a revelação da crise humanitária que envolvia os Yanomamis. A primeira matéria que fala sobre o assunto é um relato publicado na editoria “Ilustrada” (seção que traz a cobertura voltada para temas da cultura, artes e espetáculos) apresentando uma exposição que estava acontecendo no Museu de Arte de São Paulo (MASP). A matéria, intitulada “Luiz Zerbini recria massacres de um Brasil que o governo Bolsonaro busca repetir” (Moraes, 2022), fala da exposição artística que retrata como ao longo da história os Yanomamis vem sofrendo com doenças trazidas pela atividade dos garimpeiros e sinaliza a maneira como o governo federal estava criando cenários para novos massacres ao incentivar o garimpo nas terras indígenas.

Uma segunda matéria que fala mais especificamente sobre os povos indígenas trata de um conflito ocorrido na Terra Yanomami, no qual cinco indígenas ficaram feridos e dois foram mortos. Segundo a reportagem “Conflito provoca duas mortes na Terra Indígena Yanomami, em Roraima” (Conflito [...], 2022), publicada em 13 de abril de 2022, o conflito ocorreu entre comunidades indígenas, uma que seria contra e outra favorável ao garimpo. Os garimpeiros teriam incentivado o conflito fornecendo armas para os indígenas a favor da mineração. Ao longo do texto, é citado que o Ministério Público Federal (MPF) pediu que a Justiça Federal obrigasse à União retomar a proteção na terra indígena contra o garimpo ilegal. Está em destaque no relato o fato de que o MPF afirma que o que vem acontecendo com os Yanomamis é uma tragédia humanitária e que eles correm risco de serem dizimados. No texto é apresentado o relatório “Yanomami Sob Ataque: Garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo”, produzido pela Hutukara Associação Yanomami (Hay) e que foi lançado no mesmo dia em que ocorreu o conflito. O jornal informa que o relatório revelou como 273 comunidades e 16 mil pessoas são afetadas pelo garimpo ilegal, ou seja, 56% da população indígena sofre com as consequências dessa prática, com a eclosão

de muitos casos de malária, ingestão de água contaminada e violência no território. O texto é finalizado com a fala do vice-presidente da Hutukara, Dário Kopenawa: “O meu povo está sofrendo. Pedimos o apoio da população para se unir ao nosso grito de socorro para a retirada imediata dos garimpeiros do nosso território” (Conflito [...], 2022). Nesta matéria a Folha de S. Paulo dedica mais espaço para reproduzir a fala de representantes dos povos indígenas sobre a tragédia humanitária que ocorria na Terra Yanomami. Ao longo do período analisado, ainda foram publicadas mais quatro matérias que relatam sobre os Yanomamis e todas elas falam sobre os impactos trazidos pela mineração às terras indígenas e aos indígenas. A questão da desnutrição, o aliciamento dos povos, os casos de estupro, de doenças e de ameaças também são apresentados pelo jornal. O material aparece nas editorias “Cotidiano”, que em geral trata da cobertura de fatos nas áreas de educação, urbanismo, violência, saúde pública, comportamento, e que às vezes desdobra-se na seção “Ambiente”. Em 2022, no período analisado, as duas seções responderam por 42% do material publicado. Com destaque, outros 40% estiveram a cargo de textos opinativos.

Chamamos ainda a atenção para duas outras matérias, uma do dia 19 de abril, “comemorando” o “Dia do Índio” (Rossi, 2022), e a outra do dia 21 de abril (Kumaruaara; Tupinambá, 2022). Na primeira delas, publicada no caderno Cotidiano, o escritor indígena Daniel Munduruku conta em entrevista que o “dia do índio” remonta ao imaginário de alguém com pena na cabeça, rosto pintado e que mora numa oca. Destaca que o termo correto a ser utilizado deveria ser originário, que sugestiona a ideia de alguém que já estava aqui antes da chegada dos colonizadores. O entrevistado ressalta também que o termo índio enfatiza um aspecto genérico e que os povos indígenas são muito heterogêneos.

O segundo texto destaca a mesma pauta lembrando que a data, criada há mais de 70 anos, ainda é ensinada nas escolas, o que só alimenta a ideia preconceituosa e carregada de estereótipos. Essa edição da Folha apresentou uma lembrança sobre o assassinato do indígena Galdino, queimado vivo há 25 anos por cinco jovens residentes em Brasília.

Diferente do apagamento verificado em 2021, o ATL de 2022 aparece como pauta da edição Folha de S. Paulo, articulando um enquadramento para a questão indígena marcado pelo contexto político e distinto do que emergiu no ano anterior. A primeira matéria que refere o evento trata da candidatura de Sônia Guajajara a deputada federal (Bergamo, 2022). A então coordenadora executiva da APIB é apoiada por artistas, ambientalistas e apoiadores da causa indígena e sua candidatura faz parte de uma campanha intitulada “Chamado pela Terra”, que pretende fortalecer a participação de mulheres indígenas no pleito de 2022.

O primeiro material específico sobre o ATL 2022 traz o título “A democracia é de nossa natureza” (Guajajara; Terena, 2022), argumentando que o Movimento Indígena fazia a mais eficiente oposição ao governo federal. O artigo opinativo sobre o 18º Acampamento é escrito pelos indígenas Sônia Guajajara e Eloy Terena e se destaca por apresentar outros modos de compreensão da experiência dos povos originários distintos daqueles até então mostrados pelo material informativo do próprio jornal. Os autores destacam que os caciques só tomam decisões depois de consultarem todas as pessoas em suas aldeias, e que, para eles, a democracia é uma coisa tão natural quanto o entendimento de amor e respeito à Mãe Terra. Os autores do texto enfatizam que este acampamento é a maior mobilização da história, com sete mil participantes de 200 povos, afirmam que a democracia brasileira nunca esteve tão ameaçada como agora e que eles se colocam como a oposição mais eficiente ao governo federal. A invasão de garimpeiros na região do rio Tapajós também é citada, bem como a contaminação gerada por eles. Destacam ainda que no Brasil existem mais de 900 mil indígenas, mas com apenas um representante no Congresso Nacional.

O terceiro material a ser destacado informa no título que “Lula promete ministério a indígenas e faz mea-culpa em visita a acampamento” (Teixeira, 2022). Na matéria, o centro do relato volta-se para o então candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva, que visitou e discursou durante o acampamento assegurando que, com sua eleição, iria criar um ministério para os indígenas a ser gerido por eles mesmos. O relato do jornal ressalta a crítica feita a Lula durante sua presença no acampamento pela construção de Belo Monte e reporta que o então candidato afirma ter aprendido o que não fazer. Outro destaque dado no texto é em relação à questão da demarcação de terras, que Lula se compromete a identificar, delimitar, declarar, demarcar e homologar as terras indígenas e não deixar que nada seja feito sem a autorização dos originários.

Por fim, destaque também para o texto “Acampamento em Brasília quebra tabu e impulsiona candidaturas indígenas” (Gabriel, 2022), que apresenta a corrida eleitoral que se fez presente nas discussões no acampamento. O relato diz ter sido a primeira vez que o tema foi debatido como uma das principais pautas do ATL, com a ideia de demarcar territórios e aldear a política, enfatizando que, depois de muitos anos, os indígenas resolveram “entrar para a política do branco”. Assim, em 2022, podemos apontar que os indígenas tiveram destaque na Folha de S. Paulo nos mais variados assuntos, em especial nessa temática das candidaturas indígenas. Mas, cabe também registrar, tais relatos muitas vezes ainda são marcados por uma intertextualidade com pressuposições negativas (FAIRCLOUGH, 2001),

sinalizando para elementos narrativos marcados pela surpresa ou pela indicação de que a ação política proposta é algo que não faz parte da realidade dos indígenas.

8 Algumas reflexões

Ao examinar aspectos desse trabalho, a partir da análise de textos publicados pelas edições da Folha de S. Paulo relacionados ao período de realização dos Acampamentos Terra Livre nos anos de 2021 e 2022, é possível perceber aspectos de uma interpretação da questão indígena no país que permanecem e outros que se modificam. Ambos moldam a maneira como as pessoas não apenas percebem e entendem eventos contemporâneos, mas incidem na forma como tal problemática será lembrada no futuro.

Cabe lembrar que, se abordamos os enquadramentos em uma perspectiva relacional, os esquemas interpretativos mobilizados pelos profissionais devem ser pensados como articulados ao ambiente de prática jornalística, com todas as suas condicionantes organizacionais. A Folha de S. Paulo é uma empresa produtora de informação, seu noticiário está sujeito a processos de produção segundo uma lógica mercadológica. A identificação de roteiros e regras que emergem da atividade jornalística nesse ambiente é importante para compreensão mais abrangente do modo como a cobertura da questão indígena se deu no periódico. Mas é imperativo indicar que rotinas produtivas e a maneira do chamado jornalismo corporativo ou *mainstream* operar não são suficientes para “explicar” uma dada cobertura. Os processos jornalísticos são complexos e exigem dos profissionais conhecimentos sobre os povos indígenas não apenas derivados dos processos formativos relacionados à profissão. As situações de prática jornalística como em uma cobertura supõem a perícia que se desenvolve no trabalho, mas também o reconhecimento de que se lida com dilemas que demandam exercício de julgamento e desnaturalização de certos códigos de compreensão da realidade. Do contrário, certas representações estereotipadas são repetidas e reforçadas no discurso jornalístico, que contribui para que se mantenham como hegemônicas.

Os textos publicados com destaque e em maior volume no período se concentraram em questões específicas. Em 2021, a abordagem marcada por uma preocupação internacional acerca da preservação da Amazônia e do desmatamento, pondo em relevo um suposto embate entre Joe Biden e Jair Bolsonaro, se fez presente ao longo de toda narrativa. Em quase todas as ocasiões em que o jornal tratou de desmatamento ou avanço da mineração em terras indígenas, por exemplo, o enquadramento visava o problema dos fundos não repassados por

outros países e, também, o que especificamente o governo dos Estados Unidos expressava acerca do problema. Por várias vezes o representante da Casa Branca aparece para citar a necessidade do então presidente do Brasil consultar os povos indígenas sobre tais questões. O abril indígena ou o ATL de 2021, que foi realizado online, restou totalmente apagado na cobertura, exatamente no ano em que a APIB afirma ter tido o maior número de pessoas alcançadas pelas atividades do acampamento.

Já na cobertura do ATL 2022, a narrativa predominante posicionou no centro da cena a questão política relacionada a perspectivas eleitorais, pondo em relevo tanto as candidaturas indígenas quanto a visita do então ex-presidente e candidato Lula ao acampamento. Nesse enquadramento os relatos dobram-se às ações dos povos indígenas no acampamento, em que são destacados processos de quebra de tabus na relação com a política institucional. As lideranças, indicia-se na cobertura, contribuem para a reescrita da história, evidenciando a cultura, os costumes, as tradições, a língua, entre outras nuances que envolvem os povos da floresta. Os relatos, em alguma medida, apresentam os povos indígenas também protagonistas em suas lutas por direitos e preservação da natureza. Nesse contexto, os indígenas tornam manifestas formas de compreender a dimensão do conflito como constitutiva da sua ação política, para além da circunstância específica de naquele momento apresentarem uma situação de aliança com um representante do campo político institucional. O relato jornalístico não ignora o gesto de mea culpa exigido do aliado político pela construção da barragem de Belo Monte no rio Xingu que afetou comunidades indígenas da região, quando o Partido dos Trabalhadores esteve no poder anteriormente. E o relato também incorpora a discussão das promessas de campanha sobre a criação de um Ministério dos Povos Indígenas.

A disputa política é apresentada ao longo do abril indígena como aspecto legítimo da luta e resistência dos originários. A narrativa jornalística promove destaque aos indígenas no tratamento das questões ambientais, em parte assumindo uma das perspectivas presentes no ATL 2022 de apresentar os indígenas como seres decisivos para lidar com o caos climático.

De toda maneira, é notável como, nos dois períodos analisados, a cobertura sobre os povos originários é por vezes ancorada por outro assunto, como se para falar dos indígenas e dos problemas enfrentados por eles a imprensa *mainstream* precisasse da validação de agentes ou temas externos. Em 2021, o debate internacional sobre a Amazônia esteve no centro das atenções, já em 2022, a questão política apareceu fortemente pautada na agenda de Lula, como se apenas com tais agendas fosse possível trazê-los para a pauta jornalística.

E se as candidaturas indígenas adquirem relevo e indicam singularidades e alguma novidade no manejo da política institucional, tal perspectiva se combina com um tratamento voltado para a percepção da ação indígena como algo insólito e como “quebra de tabus”. A política dos indígenas é apresentada como uma pauta identitária, como se as reivindicações dos originários fossem assunto apenas das etnias e não interferissem diretamente nas formas de organização social e na manutenção da vida no planeta.

Por fim, ao realizar a análise de enquadramento e abordar os “aspectos enfatizados e selecionados” acerca dos povos indígenas, faz-se necessário lembrar daquilo que foi excluído na cobertura. Enquadramentos compõem operações jornalísticas que visam não apenas dar visibilidade a determinados acontecimentos, mas, no mesmo movimento, por meio da seleção, ênfase ou exclusão, organizam o que Góes (2022) chama de regimes de invisibilização. Em 2021, ano pandêmico, o destaque do jornal foi para temáticas como do desmatamento, da preocupação do governo dos Estados Unidos com a Amazônia, ou da falta de repasse de fundos prometidos por outros países. As vozes indígenas alertavam, todavia, que a principal pauta estava na sobrevivência, no luto pelos anciões, na luta contra o vírus e o alto número de mortes, assuntos não mobilizados pelo jornal.

Já em 2022, o jornal destaca o erro admitido e as promessas de campanha feitas pelo candidato à presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, bem como a entrada dos indígenas na política institucional, discurso evidenciado como “quebra de tabus”. Ao utilizar como parâmetro o que estava sendo publicado e colocado em relevo pelos povos indígenas, percebemos que para eles a entrada na “política dos brancos” se justificava como uma estratégia de sobrevivência e manutenção de seus territórios. Seria pertinente, portanto, que a Folha explicitasse que “aldear a política” e tomar as rédeas das esferas decisivas intercepta questões materiais pelas quais eles lutam e que estavam diretamente ameaçadas pela possível continuidade do ex-governo, totalmente contrário às pautas indígenas. Então, a decisão de entrar para a política não se deu apenas por uma vontade de “quebrar tabus”, mas sim, por falta de opção ao confronto.

Chamamos atenção, por fim, para outro aspecto relevante percebido ao longo das análises que foi a maneira como, reduzida a um tema, a problemática dos indígenas aparece alocadas nas editoriais de “mundo”, “cotidiano”, “poder”, “meio ambiente”, mas, sobretudo, em colunas e blogs, e artigos de opinião, na parte onde se explicita que “essa opinião não reflete o posicionamento do jornal”.

Financiamento

Apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Referências

ACOSTA, Mylena Rodrigues; CRUZ, Fábio de Souza. A identidade dos povos indígenas na mídia: um comparativo da cobertura de G1 de Carta Capital no Acampamento Terra Livre 2017. *In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 20.*, Porto Alegre, 2019. **Anais [...]**. Porto Alegre: Intercom, 2019. p. 1-15.

AMARAL, Ana Carolina. A partir da Amazônia, Biden definirá se Brasil ainda tem lugar no mundo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 abr. 2021.

ANTUNES, Elton. Enquadramento: considerações em torno de perspectivas temporais para a notícia. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 85-99, 2009.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB). **Manifesto “Nossa luta ainda é pela vida”**. Brasil, 12 mar. 2021.

BARBOSA, Marialva. Mundo do jornalismo e história do tempo presente: um olhar sobre o jornalismo dos anos 1980 no Brasil. **Media & Jornalismo**, Portugal, v. 21, n. 39, p. 101-116, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_5. Acesso em: 1 jul. 2023.

BERGAMO, Mônica. Sonia Guajajara lança pré-candidatura a deputada federal pelo PSOL. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 mar. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 191/2020**. Regulamenta o § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição para estabelecer as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos [...]. [Retirado pelo autor]. Brasília: Câmara dos Deputados, 2023.

CARVALHO, Daniel. Brasil não tem que ser mendigo, diz Mourão sobre pedido de apoio a Biden. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 abr. 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo**: Brasil 2022. Goiânia: CPT Nacional, 2023.

CONFLITO provoca duas mortes na Terra Indígena Yanomami, em Roraima. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 abr. 2021.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Relatório violência contra os povos indígenas no Brasil** - dados de 2022. Brasília: CIMI, 2022.

CUNHA, Manuela Carneiro. **Índios no Brasil**: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39-79, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5965/2175180310232018005>. Acesso em: 1 jul. 2023.

DIAS, Marina; COLETTA, Ricardo Della. EUA esperam que Bolsonaro diga que não vai mais tolerar desmatamento ilegal. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 abr. 2021.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UNB, 2001.

GABRIEL, João. Acampamento em Brasília quebra tabu e impulsiona candidaturas indígenas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 abr. 2021.

GÓES, Cristian. **O Jornalismo e a experiência do Invisível: teoria, método e estudo de caso**. Curitiba: Appris, 2022.

GONZAGA, Álvaro Azevedo. **Decolonialismo indígena**. São Paulo: Matrioska, 2021.

GUAJAJARA, Sonia; TERENA, Eloy. A democracia é de nossa natureza. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12.abr.2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 2 jul. 2023.

KUMARUARA, Walter; TUPINAMBÁ, Renata. O preconceito e o mito da homenagem por trás do dia 19 de abril. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 abr. 2022.

LEAL, Bruno. Saber das narrativas: narrar. In: GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera. **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 19-27.

LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo Ferreira. El acontecimiento como contenido de las noticias: repensando una metodología. **Estudios sobre el mensaje periodístico**, Madrid, v. 18, n. 1, p. 383-398, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.5209/rev_ESMP.2012.v18.n1.39377. Acesso em: 01 jul. 2023.

MANSO, Bruno Paes. **A república das milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2020.

MELO, Patrícia Bandeira. **O índio na mídia: discurso e representação social**. Recife: Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, 2012.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 187-201, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000200012>. Acesso em: 01 jul. 2023.

MENESES, Sônia. A operação midiográfica: da escritura da cena pública à inscrição do acontecimento no tempo: a mídia, a memória e a história. In: DELGADO, Lucília de Almeida; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: FGV, 2014. p. 231-257.

MORAES, Carolina. Luiz Zerbini recria massacres de um Brasil que o governo Bolsonaro busca repetir. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 mar. 2022.

NEVES, Ivania; CORRÊA, Maurício; TOCANTINS, Raimundo. A invenção do índio na mídia: silenciamentos, estereótipos e pluralidades. **MOARA - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras**, v. 2, n. 40, p. 5-21, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/moara.v2i40.3281>. Acesso em: 01 jul. 2023.

OTRE, Maria Alice Campagnoli. Comunicação alternativa entre os indígenas de Dourados/MS: mobilização social ou interferência nas hierarquias comunicativas? **Inovcom - Revista Brasileira de Inovação Científica em Comunicação**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 27-42, 2007.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza; ROCHA, Diogo. Neoeextrativismo, garimpo e vulnerabilização dos povos indígenas como expressão de um colonialismo persistente no Brasil. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 133, p. 487-500, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202213317>. Acesso em: 01 jul. 2023.

RAPOZO, Pedro. Necropolitics, state of exception, and violence against indigenous people in the Amazon region during the Bolsonaro administration. **Brazilian Political Science Review**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 1-25, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-3821202100020003>. Acesso em: 1 jul. 2023.

ROSSI, Amanda. Dia do Índio é data 'folclórica e preconceituosa', diz escritor indígena Daniel Munduruku. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 abr. 2022.

SOARES, Murilo César. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

TEIXEIRA, Matheus. Lula promete ministério a indígenas e faz mea-culpa em visita a acampamento. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 abr. 2022.

ZANINI, Fábio. Cacique Raoni manda recado a Joe Biden e pede que ignore Bolsonaro, presidente ruim. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 abr. 2021.

The indigenous issue and journalistic intelligibility: continuities and changes in Folha de S.Paulo's coverage of Acampamento Terra Livre 2021-2022

Abstract

In recent years, there has been an increased focus on the indigenous issue in Brazilian journalism. In this article, we examine how journalism has incorporated this agenda recently, adjusting its forms of public representation of indigenous peoples. Our research aims to contribute to the understanding of these journalistic representations of indigenous peoples, specifically investigating the changes and continuities in this approach, which are seminal to the perception of events related to the history of the present. To do this, we chose to analyze how the newspaper Folha de S. Paulo reported on the indigenous issue during the Acampamento Terra Livre in 2021 and 2022, one of the largest indigenous manifestations in the country. The newspaper was chosen for being one of the main communication outlets in Brazil in terms of national circulation and for being an important source of news during relevant political moments in the country's recent history. We argue that the journalistic coverage of indigenous issues is often associated with environmental concerns, deforestation, and indigenous territories. Through a case study during the Acampamento Terra Livre, we analyze how

the news is shaped through language, source selection, and context, highlighting a problematic coverage that stereotypes indigenous peoples and ignores certain important issues.

Keywords

journalism; indigenous people; Acampamento Terra Livre; journalistic narrative; frame analysis

Autoria para correspondência

Elton Antunes
eltunes@uol.com.br

Como citar

ANTUNES, Elton; GATTO, Yasmin. A questão indígena e a inteligibilidade jornalística: permanências e mudanças na cobertura da Edição Folha de S. Paulo no período do Acampamento Terra Livre 2021-2022. *Intexto*, Porto Alegre, n. 56, e-133849, 2024. <https://doi.org/10.19132/1807-8583.56.133849>

Recebido: 10/07/2023

Aceito: 12/12/2023



Copyright (c) 2024 Elton Antunes, Yasmin Gatto. Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License. Os Direitos Autorais dos artigos publicados neste periódico pertencem aos autores, e os direitos da primeira publicação são garantidos à revista. Por serem publicados em uma revista de acesso livre, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, em atividades educacionais e não-comerciais.